



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

1ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 2.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 13 DE JANEIRO DE 2011

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Alcino Pinto

Secretário: Ex.^{mo} Sr. António Ramos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 8 horas e 25 minutos.

Em discussão, na especialidade, do Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2011, a 2.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional auscultou o Ministro da Justiça e Reforma do Estado sobre as verbas atribuídas ao Ministério da Justiça, Tribunais, PIC e Polícia Nacional, nomeadamente, para aquisição de viaturas para os Juízes, a questão do espaço para o funcionamento dos Serviços de Registo Civil e Notariados, meios rolantes

apropriados para os detidos e construção de celas para os presos na Cadeia Central, respectivamente.

Intervieram, a diverso título, para além do Ministro da Justiça (Elísio Teixeira), o Ministro das Finanças e Cooperação Internacional (Américo dos Ramos), os seguintes Srs. Deputados: António Barros (MLSTP/PSD), Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD), Jorge Correia (PCD), António Ramos (MLSTP/PSD) e José Diogo (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 9 horas e 50 minutos

O Sr. Presidente: — Srs. Ministros, Srs. Deputados, bom dia.
Srs. Deputados, existe quórum pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 8 horas e 25 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Cabral Managem
Alexandre da Conceição Guadalupe
José da Graça Diogo
Martinho Trindade Domingos

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe /Partido Social Democrata (MLSTP/PSD):

Alcino de Barros Pinto
António Afonso Ramos
António Sacramento Barros
Guilherme Octaviano Viegas

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Jorge Correia

Vamos ter o prazer de analisar o orçamento do Ministério da Justiça, bem como dos Tribunais. Quero recordar aos Srs. Deputados que, no que concerne aos eixos fundamentais para este ano, o Orçamento, de acordo com a proposta do Governo, visa, sobretudo, adoptar algumas políticas que levem a modernização da Justiça, tornando as instituições mais credíveis, fazendo com que tenhamos uma Justiça mais próxima do cidadão e mais célere.

Por isso, vamos ver se aquilo que propõe o Governo como orçamento reúne os requisitos básicos para que esses objectivos sejam alcançados.

Não sei se o Sr. Ministro da Justiça quer fazer alguma nota especial antes de passarmos a palavra aos Srs. Deputados, para colocarem as questões.

Srs. Deputados, o Sr. Ministro acha desnecessário fazer alguma introdução, daí que peço-vos para colocarem as vossas preocupações, pedido de esclarecimento ou propostas de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, bom dia.

Sr. Ministro, a minha preocupação é a seguinte: Há pouco tempo fui convidado para participar na cerimónia de empossamento do Juiz e do Procurador do Ministério Público para a Região Autónoma do Príncipe, mas depois fiquei com alguma dúvida. A população congratulou-se pelo facto de pela primeira vez termos um juiz residente, porque o nosso maior problema lá é que as pessoas não hesitam em cometer um crime, que seja um esfaqueamento que não leva a morte, mas que são crimes puníveis, pelo facto de saberem que não haverá um julgamento de imediato. Ficam na sela dois dias, são 48 horas e depois saem em liberdade, o processo entra no Tribunal, e dura anos para ser resolvido.

Comigo aconteceu um caso, em que tive necessidade de queixar alguém no Ministério Público. Demoraram muito tempo e quando me chamaram, já não havia necessidade de avançar com o processo porque fiquei de bem com a pessoa, lidamos muito bem e então a única coisa que eu tinha que fazer era pedir para suspenderem a queixa.

Mesmo com a presença dos juízes fiquei com uma dúvida. Como é que se vai fazer face a esse tipo de serviço sem a Polícia de Investigação Criminal no Príncipe?

Vejo na página 17 das GOP, Polícia de Investigação Criminal, aí diz: «Criar parceria com a Polícia Nacional a fim de se instalar a delegação da PIC na Região Autónoma do Príncipe.»

Isso me animou bastante, é mais um passo dado, sobretudo, quando tenho informações de que lá existem pessoas formadas há muito tempo e, no entanto, a PIC no Príncipe não funciona. Havendo um crime não há quem investigue porque a Polícia de Ordem Pública, certamente, não está vocacionada para investigar.

Ao analisar o orçamento do Ministério da Justiça, no Programa de Investimento Público, não vejo nenhuma verba para criação de uma instalação para a Polícia de Investigação Criminal no Príncipe, por isso é que levanto esta questão. Como é que vai ser? Para quando é que o Governo está a pensar criar a PIC no Príncipe?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Na rubrica 2084, «Informatização dos Arquivos do Registo Civil e Notariados», está prevista uma verba de 800 Milhões de Dobras. Gostaria de perguntar ao Sr. Ministro se essa informatização diferencia-se de aquisição de máquinas e equipamentos para o Centro de Informática.

Assim sendo, gostaria de saber qual a diferença, não sei se nessa informatização também se prevê aquisição de máquinas, porque no processo de informatização prevê-se, obviamente, formação, capacitação e não sei se nela se prevê também a aquisição de equipamentos para o Centro de Informática. Esta é a minha primeira dúvida.

A minha segunda preocupação tem a ver com aquisição de equipamentos e meios rolantes da PIC, com o qual estou inteiramente de acordo. Mas não sei se o montante é suficiente, porque tem 900 Milhões de Dobras, mas pode ser uma iniciação.

Porque a PIC, efectivamente, além daquilo que disse o nosso colega da Ilha do Príncipe, acho que mesmo em São Tomé a PIC tem sido uma aberração, pelo seguinte: qualquer queixa, qualquer questão em que o cidadão se dirige para a PIC, pedem transporte, dinheiro para comida, dinheiro para deixar em casa, avanço de salário, etc. Isso é um caso sério!

No entanto, a ideia de munir a PIC de meios é boa, porque tem que ter meios de dissuasão, apesar de ultimamente termos estado a ouvir alguns trabalhos positivos que têm estado a fazer, mesmo sem ter alguns meios.

A terceira questão que coloco é sobre os meios rolantes para o Ministério da Justiça, concretamente, para o sector dos Tribunais.

Uma das discussões prévias que tivemos com o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional é a diferenciação de viaturas. Estamos num período de alguma contenção, e eu até havia sugerido que era bom que o Estado definisse um critério para aquisição de viaturas. Por exemplo, aquisição de jipes «todo o terreno» para os serviços que se deslocam para fora da capital, mas o que acontece é que, às vezes, os directores têm jipes superiores ao próprio Ministro de Tutela.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — O primeiro aspecto que vejo, no Ministério da Defesa é que há uma verba, na rubrica 2955 de ajuda aos militares e paramilitares. Analisámos ontem e há uma verba adstrita a esse ministério de cerca de 2.800 Milhões de Dobras. A fonte de financiamento é Taiwan.

Encontramos no Ministério da Justiça a mesma verba, também na rubrica 2955 com um valor residual de 326.250 Milhões de Dobras também de Taiwan, destinada a ajuda alimentar aos militares e paramilitares.

Na minha opinião, podia-se concentrar essa verba apenas num ministério, porque os militares e paramilitares pertencem a ministérios diferentes. É uma questão apenas de explicação.

Na sequência daquilo que disse o Sr. Deputado Guilherme Octaviano, sobre a PIC, tenho uma experiência com a PIC, até digo que todas as exigências são poucas por aquilo que, às vezes, eles fazem. Mas se fomos ver, neste momento, parece-me que a PIC só tem uma carinha, para todo o trabalho que a PIC tem no terreno e não é trabalho de brincadeira. Nestes últimos tempos tem havido furtos de todo o tipo.

Um espaço que têm lá e que chamam de cela não tem as mínimas condições para manter um detido. A PIC não tem um laboratório e utilizam o mesmo laboratório civil do CIAT. Na minha opinião, a PIC, a fazer uma investigação não deve estar misturada, permitam-me o termo, com funcionários de outros serviços, porque o serviço da PIC é, de certo modo, sigiloso, exige que se faça menos barulho possível para nada «transpirar».

A PIC não tem sequer aquele pó que se utiliza para detectar a impressão digital.

Disse o Sr. Deputado, e muito bem, que qualquer coisa na PIC, pedem combustível, almoço, etc., etc., equipamentos de auto defesa. Vi um agente da PIC com uma pistola de guerra que disse ter apreendido de um gatuno. Depois passou a utilizar a arma para sua defesa.

O montante que está aqui, 900 Milhões de Dobras, que equivale mais ou menos a 36,7 ou 36,8 Mil Euros, entendo que é um valor extremamente irrisório, quando dizemos que queremos reforçar a autoridade do Estado, quando dizemos que queremos proteger o cidadão, proteger os bens e todo um conjunto de coisas que pertence a qualquer um de nós ou que nos pode acontecer.

Chamo a atenção do Sr. Ministro para o seguinte: Há dias fui a PIC porque me assaltaram e vi um indivíduo, talvez, por saber que sou Deputado, começou a barafustar com as pessoas que lá

estavam, inclusive estava lá um estrangeiro, e o indivíduo dizia: — «Os ladrões deveriam começar a roubar os deputados e os ministros, e não o Zé Povinho!»

Só essa expressão já deixou a mensagem que ele queria passar. Daí que acho que seria muito, mas muito importante, que víssemos bem essa questão da PIC.

Vejo aqui na rubrica 3400 «Aquisição de materiais especializados». Esses materiais especializados destinam-se a quem? Será à PIC?

Fala-se muito das celas do edifício da Cadeia Central. Vejo aqui uma verba de 500 Milhões de Dobras. Será que vão reparar as celas existentes ou vão construir outras? Acho que o bom governante é aquele que governa quando efectivamente a situação está má. Quando há muito dinheiro, muita riqueza qualquer pessoa sabe governar, e estamos numa fase de dificuldade, deveríamos procurar dar prioridade às prioridades. Recorda-se que os sectores da Justiça, a PIC, se não estiverem a funcionar bem, mesmo em termos de investimento, turismo, etc., etc., como os senhores sabem, já se fazem assaltos aos turistas nas praias. Daí que acho que deveremos encontrar uma forma de munir minimamente esses sectores, especialmente a PIC, de modo a que essa unidade possa dar respostas às acções para as quais ela é chamada.

Já agora, gostaria de aproveitar para falar um pouco sobre a Informatização do Arquivo de Registo Civil e Notariados.

O Registo Civil e Notariados têm um problema gravíssimo. Parece-me que o tecto do Tribunal chove e há os livros dos registos. Essa informatização vai ser tanto quanto coxa, porque muitos livros de registo que lá estão nem sequer estão em condições de se poder ler o que está lá dentro. Acho que deve-se tentar rever a cobertura dos Tribunais, evitando que haja tanta água, tanta chuva, particularmente no Registo Civil e Notariados, aliás, é a ex-casa do Sr. Ministro da Justiça, por isso, deve saber disso melhor do que eu.

Em princípio, é o que me apraz neste momento em relação a Justiça, quando for a vez dos Tribunais e outros, voltarei a intervir.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. António Ramos.

O Sr. António Ramos (MLSTP/PSD): — Também não quero reclamar, apesar da experiência que tenho. Os processos demoram muito tempo, anos,...

Na rubrica 2532, «Apoio a Ordem dos Advogados», gostaria de saber como é que esse processo é feito. No momento em que estamos em contenção, o que eles têm feito, que melhorias vamos ter directamente com esse apoio à Ordem dos Advogados?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. Jorge Correia (PCD): — A esse respeito acho até pouco, 100 Milhões de dobras é um valor muito irrisório para apoiar aqueles sectores que têm relação directamente com a Justiça.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos agora ouvir uma primeira ronda de esclarecimentos. Tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça e Reforma do Estado.

O Sr. Ministro da Justiça e Reforma do Estado (Elísio Teixeira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, bom dia.

Relativamente à questão da PIC para a Região Autónoma é daquelas questões que entendemos que não será necessário, nesta primeira fase, gastar ou fazer algum investimento em termos orçamentais, na medida em que até já começamos a debater ao nível do Governo.

Como a Polícia Nacional tem comandos em todos os distritos da Região Autónoma e como temos já pessoas da PIC formadas para a Região Autónoma, então a lógica seria colocar esses agentes da PIC junto dos serviços da Polícia Nacional na Região Autónoma, através de um memorando que os dois ministérios estão a elaborar.

Acredito que antes do final do mês teremos implementado, até porque esses agentes são quadros da PIC, têm salário, mas não estão a trabalhar. Estamos a criar condições para que, em princípio, nos finais deste mês esses agentes da PIC, junto ao comando Regional do Príncipe, comecem as suas actividades.

No que toca à informatização do Registo Civil, é um processo que começou já há dois anos e está a ser financiado pelo PNUD, tendo em conta a importância dos serviços de Registo Civil. É nessa perspectiva que o Governo vai intervir, na outra parte que é de Bilhete de Identidade, do cartório e notariado, e dos conservatórios do registo predial, tendo em conta que as condições físicas do edifício, actualmente, não permitem uma conservação adequada dos documentos.

Temos diversos livros a deteriorarem e a ideia é recuperar esses livros para o suporte informático, assim teremos a garantia de que ainda existem e não se percam.

O edifício tem problemas graves, deita água por tudo quanto é sítio e cada dia que passa mais ainda. Já se tem pensado, ao longo dos anos, construir um novo edifício para os Tribunais. Ainda no ano passado tentou-se localizar o projecto de construção, mas não se encontrou, foi um projecto que foi pago pelo PNUD, avaliado em quase 200 000 dólares, ninguém conseguiu localizar o projecto.

Outro problema que surgiu é o do espaço físico, não se conseguiu localizar um espaço adequado para a construção dos Tribunais e o que ficou aceite é que os serviços que estão na parte inferior do edifício é que terão de sair e os Tribunais ficarão, tendo em conta a arquitectura do edifício, é mais adequado para um Palácio da Justiça.

Vamos deslocar os serviços da Direcção Geral dos Registos e Notariados na parte de baixo e deixar o edifício todo para os Tribunais. É claro que percebemos que ao fazer a informatização nas actuais condições teremos problemas, mas também não vamos deixar de o fazer.

Até porque se não utilizarmos a informatização, pior será, porque corremos o risco dos livros que lá estão deteriorarem a cada dia. Por essa razão sabemos que vamos correr alguns riscos no processo de informatização, mas estamos a ter cuidado, estamos a fazer *back up* dos ficheiros para que eventualmente, ainda que haja problemas teremos dados guardados nos suportes dos Serviços de Registos e Notariados.

No que toca a meios rolantes para a PIC, logicamente, no âmbito daquilo que é cooperação, está previsto um donativo para os serviços e força de segurança, é nessa perspectiva que parte dos equipamentos estará afecta à PIC. É claro que a PIC tem problemas de diversas ordens, isso sabe-se, e olhando para o Orçamento percebe-se que o orçamento do Ministério da Justiça está virado para a PIC e os Serviços Prisionais, tendo em conta os problemas que esses serviços têm e que, em certa medida, condicionam o funcionamento do Sistema Judiciário.

No que toca a ajuda alimentar aos militares e paramilitares, à guarda prisional, etc., a verba saiu do Ministério da Justiça e não do Ministério da Defesa. É nessa perspectiva que essa ajuda alimentar está repartida, claro que o Ministério da Defesa tem o maior número de efectivos, porque tem as Forças Armadas, Guardas-fiscais e outras forças. No Ministério da Justiça temos apenas os Guardas Prisionais.

O Sr. Jorge Correia (PCD): — Paramilitares, não para os militares. Aqui diz militares e paramilitares.

O Orador: — É só para os paramilitares dos serviços prisionais.

No que toca aos Tribunais e às viaturas e outras coisas mais, é um problema mais complexo do que parece. Já tinha dito isso aqui quando vim cá a convite da 5.^a Comissão.

Nessa lógica de independência de soberania dos Tribunais, terá sido difícil ao longo dos tempos os governos conseguirem ter o controlo daquilo que se passa nos Tribunais. É claro que a independência dos Tribunais deve ser entendida apenas no que toca ao exercício de direito, na aplicação da justiça, mas ao longo dos tempos foi-se mais além do que isso, e entramos num caminho que tem sido difícil invertermos a marcha.

O Orçamento de Estado é único, é o Governo que coloca as verbas para os Tribunais, mas depois o Governo não tem controlo dessa mesma verba, porque após a transferência, os Tribunais não têm estado a aceitar um certo controlo porque dizem que são órgãos de soberania, têm independência e têm autonomia.

É um processo que vai ser demorado, estamos a dizer aos Tribunais que, independentemente de independência e de soberania, o Estado é único, e tendo em conta que o Governo é que faz as transferências para os Tribunais, é lógico que haja uma certa disciplina na forma como as coisas têm sido feitas nos Tribunais. Mas, é claro que isso tem escapado ao controlo de diversos governos, na perspectiva dessa lógica de independência e de soberania.

O laboratório da PIC, é claro que percebemos que é um problema.

Para dar um exemplo, Taiwan ofereceu São Tomé, há seis anos, um laboratório de DNA para a PIC, o problema é que não se conseguiu um único técnico que estivesse interessado para fazer formação para trabalhar lá.

Precisava-se de pessoa formada em biologia para ir fazer formação, não apareceu ninguém. Mesmo aqueles biólogos que já têm emprego, que nós queríamos que fossem trabalhar em *part-time*, ninguém quis ir para a PIC, naquela altura.

Portanto, eles ofereceram parte dos materiais e disseram que não vão gastar mais dinheiro porque não faz sentido investir num laboratório desses e não ter gente qualificada para prestar serviço. Se olharmos para o nível de escolaridade dos agentes da PIC muitos deles têm um nível de

escolaridade baixo, ainda que queiramos dar formação a muita dessa gente, ficamos um tanto quanto bloqueados porque o nível de escolaridade não permite que eles tenham um certo tipo de formação.

É um problema que está a ser ultrapassado porque ainda no ano passado fez-se o recrutamento de novos agentes para a PIC e nesta altura já temos gente com habilitação que poderá, no futuro, fazer formações que permitam trabalhar com esses meios mais avançados e adequados.

Por exemplo, falou-se aqui no problema de recolha de impressões digitais, tudo bem, podemos fazer a recolha de impressões digitais, mas na base comparativa. Actualmente a base que temos de identificação civil e identidade, fazer uma comparação no papel é uma coisa extremamente trabalhosa, hoje em dia sabemos que está fora da prática da polícia. Mas, logicamente, que nessa informatização que se pensa dos Serviços de Registos e Notariados é para facilitar, no futuro, o trabalho da polícia, na perspectiva de que ao informatizarmos também os arquivos de Identificação Civil já teremos uma base de dados das impressões digitais, o que facilitará a Polícia de Investigação e a Polícia Nacional para futuros casos de investigação de crimes.

A cela para a PIC também é outro problema porque a actual cela foi feita de tijolos, constantemente os reclusos partem os tijolos e fogem. É um problema que temos, tanto mais que muitas vezes os detidos da PIC têm que ficar na Cadeia Central de um dia para o outro, para depois serem ouvidos.

Houve uma altura que se tinha feita alguma intervenção na cela e a coisa tinha parado, mas começou de novo o problema e decidimos que essa cadeia não tem condições.

Do levantamento que fizemos, acreditamos que tanto para as celas do edifício central como para a Região Autónoma do Príncipe, até o projecto que foi apresentado, foi estimado neste montante. Parece que foi esse o montante atribuído para as celas da Região Autónoma e também para o edifício central.

O apoio a Ordem dos Advogados, logicamente que sim, porque a Ordem, enquanto parceiro do Ministério, é instituição fundamental para a aplicação da justiça e para a garantia dos direitos dos cidadãos.

O certo é que a maior parte deste apoio devia reverter-se, fundamentalmente, para a garantia do acesso à Justiça, ou seja, pagamento das despesas honorárias dos advogados que prestam apoio judiciário a cidadãos carenciados. Uma parte também desse serviço deveria ser sustentado pelos cofres da justiça que estão nos Tribunais, mas isso não acontece, justamente, porque o Governo não tem controlo do que se passa nos Tribunais.

É claro que estamos a criar mecanismos no sentido de revertermos o processo, mas ainda estamos no começo. Nessa perspectiva de apoio a Ordem dos Advogados, até porque sendo um parceiro do Governo, tendo em conta a forma de financiamento da própria Ordem, que é fundamentalmente pelas cotas dos associados, daí o Governo tem de apoiar a Ordem para permitir o seu eficaz funcionamento.

Claro que entendemos que esta verba de 100 Milhões de Dobras é pouco, obviamente que sim, mas, nesta altura, não estamos em condições de suportar muito mais do que isso.

Temos em vista a lei de patrocínio judiciário, de acesso à Justiça dos cidadãos. A partir do momento em que aprovarmos a lei, teremos mecanismos próprios para permitir que os advogados, principalmente a Ordem dos Advogados, enquanto parceiros do Ministério, consiga prestar devidamente o serviço que prestam actualmente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. Jorge Correia (PCD): — Eu não estava a tentar colocar questões, estava a tentar precisar aquilo que o Sr. Ministro estava a dizer, relativamente aos detidos na PIC. Assiste-se a cenas caricatas, no fim ou no meio da tarde, quando pensam levar os detidos para a cadeia, inclusive, há que ter receio de estar atrás da carinha com esses detidos. Mas, o mais caricato ainda é o caso do Príncipe, Sr. Ministro. Se não fizermos a Justiça funcionar no Príncipe, qualquer dia poderemos ter um problema gravíssimo, quem sabe, até o desvio de um avião.

Meus senhores, já viram o que é um indivíduo que comete um crime no Príncipe, ele tem que vir a São Tomé com um agente para ser entregue aqui a Cadeia central? Ele permanece cá, prepara-se o processo e, quando for o momento de julgamento, ele tem que voltar ao Príncipe para ser julgado lá.

Ele vai num avião, por vezes com um juiz, ou um agente do Tribunal até lá. Imaginemos que ele é condenado a pena maior e tem que regressar outra vez para a cadeia em São Tomé. Se for uma organização em que ele e mais alguém, inclusive ele só, pode chegar no avião e arranjar confusões tremendas, por isso é bom que encontremos formas.

Não estou a falar deste Governo, estou a falar de uma maneira geral, é ocasião que tenho de falar disto, mas a verdade é que deveríamos encontrar forma, o mais depressa possível, e tentar resolver esta questão. Se não houver agente da Justiça no Príncipe, esses pequenos crimes que o nosso colega Deputado acabou de referir, são crimes que prescrevem e o indivíduo vai continuando a cometer, porque não são resolvidos a tempo. O criminoso sabe que passado um tempo bastante grande, a coisa até se esquece e ele e os outros continuarão a cometer crimes.

É apenas uma chamada de atenção, mas é qualquer coisa que gostaria que vissemos com olhos de ver, porque pode perigar os passageiros que estiverem no avião.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, registei, com agrado, a informação que nos foi brindada por Sua Excelência o Sr. Ministro da Justiça, sobre a questão da formação e, infelizmente, não estamos a prosseguir, em termos da administração pública, com a questão da ficha anual de avaliação. Muita gente quer ter emprego e não quer trabalhar e há uma avalanche de pessoas que quer candidatar-se para o trabalho, mas em termos de qualificação, reparamos que estão muito aquém disso.

Portanto, acho que essa questão de formação é bastante pertinente, porque hoje em dia, em São Tomé, toda a gente quer falar de tudo, toda a gente entende de tudo. Estamos numa situação um bocado séria. Toda a gente quer entender de tudo, toda a gente quer falar de todas as matérias, esquecendo da especificidade de cada caso, mas são questões que ao longo dos anos teremos a ocasião de debelar.

Sr. Ministro, estava a tentar se via isso no Orçamento. Refiro-me a uma questão que foi levantada ontem pelo nosso colega Deputado António Ramos, sobre o suporte para alguns casos de defesa de algumas entidades. Por exemplo, ele falou ontem de um caso de litígio entre um agente policial e ainda ontem o Sr. Ministro da Defesa falou do caso de um cidadão que agrediu um polícia. Portanto, qual é a defesa, qual é o suporte? Digo isso porque a defesa neste país está caríssima, o Sr. Ministro é jurista, sabe que hoje em dia qualquer cidadão não tem acesso à defesa.

Hoje em dia, os juristas, os advogados são os que mais dinheiro fazem nesta terra e, no entanto, foi dito que é o Ministério Público o órgão defensor dos cidadãos e outros agentes que não têm posses. Gostaria que o Sr. Ministro precisasse esta questão.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça.

O Sr. **Ministro da Justiça e Reforma do Estado**: — No que toca a avaliação na função pública, é claro que é um problema, mas na altura da elaboração do Orçamento estamos a perspectivar localizar todas as verbas de formação que se encontram dispersas pelos diversos serviços de administração pública, na Direcção Nacional de Administração Pública e Reforma do Estado e tem a incumbência de avaliar e inspecionar os serviços de administração. Entendemos que nessa primeira fase não vai ser preciso fazer um estudo para depois fazermos o enquadramento.

É sabido que em 2006 assaltou-se o Ministério da Administração Pública, levou-se o computador que tinha a base de dados da Função Pública de 2006. Portanto, é um processo que tem que ser recomeçado para que consigamos organizar a nossa administração pública.

No que toca a defesa dos cidadãos, o problema tem a ver com uma lei do patrocínio judiciário, porque, actualmente, os magistrados, nos julgamentos nomeiam os chamados defensores oficiosos. Se essa defesa recair sobre um advogado de renome, ele não vai fazer essa defesa porque as horas que ele perde, o que Estado lhe paga não compensa. Esse problema se resolve até porque a própria Ordem dos Advogados está envolvida neste processo. Ela já elaborou uma proposta de lei, já submeteu ao governo anterior para apreciação, mas está-se a fazer uma ou outra actualização para que ela seja novamente reappreciada.

Com o suporte legal, isso obrigará os advogados, independentemente do valor ou não de que ele é afecto, ele terá de fazer a defesa e garantir uma defesa segura e eficiente ao cidadão. Este processo já está em estado avançado, provavelmente, nos próximos tempos será submetida a proposta à apreciação pública para discussão, para um ou outro acerto e depois ser remetido à Assembleia Nacional.

Mas, actualmente, esse processo tem sido feito e é por isso que temos aqui essa verba de apoio a Ordem dos Advogados, claro que a verba é irrisória, mas é um sinal de que entendemos que esse processo tem de ser feito, é fundamental para a nossa democracia e temos que depois no futuro conseguir melhorar a verba que pomos a disposição do sistema.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Em relação ao que referiu o Sr. Deputado Jorge Correia, esta é uma preocupação para ser levada a sério. Portanto, acho que a solução para tudo isso seria a construção de um estabelecimento prisional na Região. Se calhar, com isso evitariámos esses tipos de problemas.

Só para pedir, sei perfeitamente que para este ano já não é possível, até porque no compromisso de honra que foi assinado com a população, na altura pelo secretário, actualmente Primeiro-Ministro, este Governo tem um prazo de três anos para construir um estabelecimento prisional no Príncipe. Daí que já que há essa necessidade, pelo menos, que este Governo registasse essa preocupação para que no Orçamento de 2012 houvesse uma verba para a construção de um estabelecimento prisional. Isso joga com muita situação, sobretudo, quando se fala de direitos humanos, acho que aí tem algo que não combina, porque há necessidade de se punir as pessoas pelos crimes, realmente. Não se pode cometer um crime e ficar impune, portanto, as pessoas têm que ser transportadas para a cadeia em São Tomé e ficar sem apoio familiar, acho que isso também não é muito correcto.

Daí que gostaria que registasse essa preocupação, os Srs. Ministros todos, em princípio já devem ter uma cópia desse compromisso, assim já poderão, se calhar, preparar-se para que no próximo Orçamento de 2012 possam orçamentar a construção de um estabelecimento prisional.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sei que no nosso país avançamos muito no que diz respeito a leis, temos leis muito avançadas como na Europa. Estamos a falar de Tribunais, Justiça, coisas muito caras e que podemos arranjar outra forma de solução.

Conheço casos que são de polícia. Mas esse caso sai da Polícia para o Ministério Público, Tribunal, chega ao Tribunal é julgado e volta de novo para o Ministério Público para emitirem parecer, mas é um caso de polícia.

Mas, a nossa Constituição na página 49, ponto 3, no capítulo dos Tribunais, diz: «A lei poderá institucionalizar instrumentos e formas de composição não jurisdicional de conflitos.»

Porquê que não se aplica isso?

Porque há casos, mesmo numa zona, pode-se criar um tribunal de paz ou uma coisa assim, para resolver certos casos, e há casos que são de polícia.

Se a lei mãe nos dá essa possibilidade, porque que não recorrermos à ela? Falei aqui que se perde muito tempo, perde-se muito dinheiro, perde-se muita coisa, mas estamos a falar de contenção e a nível da Justiça também tem que haver contenção.

Era isso que queria falar, não sei se é um conselho, mas quero que me entendam.

O Sr. **Presidente**: — Quero apenas pedir aos Srs. Deputados que estamos em sede de discussão na especialidade e de vez em quando apercebo-me que a nossas intervenções estão muito viradas para questões de natureza meramente política, considerações gerais e gostaria que essas considerações constituíssem introduções para propostas concretas.

A discussão genérica e abstracta, já o fizemos na discussão na generalidade, portanto, queremos que as intervenções possam, no fim, traduzir propostas concretas para eventualmente saberem se aquilo que o Governo propõe deve manter-se integralmente como está ou se aquilo que constitui as preocupações para os Srs. Deputados possa constituir também suporte para eventuais melhorias.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: O Programa do Governo, muito bem colocado no âmbito do Ministério da Justiça, há uma frase que diz: «A Justiça continua a ser um problema de base para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe», e fala da reforma do Estado.

Nesse âmbito há aqui um gabinete técnico encarregue da problemática da reforma do Estado. Se for para GOP, está na página 20. Mas, aqui diz o seguinte: «Criar um sistema de inspecção sistemática e generalizada e avaliação de desempenho de funcionários públicos.»

Aqui no Orçamento da Justiça não vejo nada que fala sobre a reforma do Estado e, infelizmente, aqui em São Tomé, é possível que as formações não sejam assim tão boas, mas temos a tendência de menosprezar os formados cá em São Tomé.

Vêm pessoas lá de fora, que saíram para ir estudar, depois de 10, 12, 15 anos e quando regressam dizem que são diplomados, são doutores, aliás, talvez por causa disso o cantor Hailton Dias cantou uma música que toda a gente é doutor ou coisa assim. E não há realmente sector capaz de fazer com que essas pessoas apresentem os seus respectivos diplomas.

Recordo que houve um governo que tentou fazer isso, foi um desastre. Iremos continuar assim, Sr. Ministro? Aqui não vejo nada que fala sobre a reforma do Estado. Será que não podíamos encontrar alguma coisa ou algo está aqui subentendido que não nos apercebemos?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça.

O Sr. Ministro da Justiça e Reforma do Estado: — Existe uma Direcção Nacional de Administração Pública e Reforma do Estado. Esta direcção é que tem a missão de fazer a triagem, caso concreto, da direcção de qualquer funcionário público passa sempre pela Direcção Nacional de Administração Pública e depois para o Tribunal de Contas. É neste serviço que se faz o levantamento, depois o processo vai a uma direcção semelhante a essa que começou o trabalho de levantamento da administração pública.

É um processo que já vem, estamos a montar uma estratégia para a reforma e acreditamos que a partir do segundo semestre teremos o indicador daquilo que é preciso fazer, das intervenções necessárias para melhorar o funcionamento da administração pública e este trabalho é feito pela Direcção Nacional de Administração Pública e Reforma do Estado.

Existe também um serviço de Inspecção Geral de Administração Pública que está directamente afecto ao Ministério da Justiça, que tem com o missão também de acompanhar, fiscalizar o desempenho na administração pública.

Claro que isso não é estrutura do Ministério, obviamente que não aparece aqui no Orçamento.

Dentro das verbas correntes do Ministério, não aparece detalhado.

O Sr. Jorge Correia (PCD): — Então neste caso, este gabinete técnico encarregue da problemática da reforma do Estado, este gabinete está a mais, já foi criado, aqui diz será criado.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, mais intervenções em termos de ajuda, apenas para recordar a VV. Ex.^{as} de que os nossos orçamentos, muitas vezes, são rotineiros e temos uma rubrica que é tradicional: «Funcionamento e manutenção da unidade», que como o Sr. Ministro das Finanças nos explicou ontem, dá resposta a muitas questões de natureza administrativa burocrática e porque o Orçamento não está estruturado em função dos departamentos ministeriais, essas verbas estão como que uma amalgama, no sentido de fazer uma cobertura genérica dos serviços gerais de cada um dos ministérios, do seu funcionamento e a outra componente de despesa com o pessoal, como vêm, também está num pacote geral e não distribuído por sectores.

Agradeço pelos esclarecimentos que nos foram dados, mas gostaria de pedir um esclarecimento relativamente a PIC. Não vou acrescentar aquilo que os outros colegas já disseram, mas acho que de vez em quando falta-nos o gosto. Digo isto porque hoje nas nossas casas começa-se a eliminar o uso de «mochos».

Há dias estive na PIC, por uma razão muito pessoal, vi lá «mochos» onde se recebe as pessoas, mas isso não era a questão essencial que queria colocar.

Com a verba constante, se lermos aos preços médios, talvez, estariam a comprar duas viaturas para a PIC. É verdade que o Sr. Ministro disse que no âmbito da cooperação, provavelmente, teremos novos apoios. A minha sugestão vai apenas no sentido de que devemos começar a fazer aquisições em função de natureza do sector.

A PIC é um sector especializado e habitualmente vemos viaturas normais, os mesmo para as escoltas das entidades, como o Presidente da República, Primeiro-Ministro. Vimos ontem quando estávamos a discutir a questão de rubrica do Gabinete de Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro e falou-se demoradamente da questão das viaturas, inclusive, fizemos uma recomendação que terá um carácter genérico para todo o Governo e toda a administração e vimos que as viaturas que fazem a escolta do Primeiro-Ministro, por exemplo, não é uma viatura adequada para esse efeito, por isso os desgastes são enormes, por um lado.

Por outro lado, a questão de rigor. O Sr. Ministro disse-nos há pouco tempo que assaltou-se a Direcção da Reforma do Estado. Levou-se toda a base de dados, em tempos atrás também se assaltou a Comissão Eleitoral. Vem de novo a questão da ordem pública, dos polícias para fazerem a protecção de alguns serviços significativos e emblemáticos do nosso Estado, porque quando fazemos a análise do custo/benefício, provavelmente a base de dados que foi furtada resulta de trabalho de anos, sacrifícios financeiros que foram feitos e numa acção de alguns minutos todo esse esforço, não só financeiro como o saber, vai por água abaixo.

Daí, que seria conveniente que nessa matéria as nossas instituições fossem chamadas à responsabilidade e que introduzíssemos um pouco mais de rigor na nossa vida e, particularmente, quando lidamos com questões de natureza pública. São essas observações que gostaria de fazer,

caso não haja mais questões atinentes, especificamente ao Ministério da Justiça e Reforma do Estado, abriríamos um parêntese para ouvirmos as questões ligadas aos Tribunais.

Srs. Deputados, está em discussão o capítulo dos Tribunais: Tribunal de Contas, Tribunais Judiciais e a Procuradoria-geral da República.

Pediria ao Sr. Ministro das Finanças, que voltasse a esclarecer-nos sobre algo que levantou ontem, porque pessoalmente não apreendi muito bem. Trata-se da questão de transferência dos recursos para os Tribunais e a posição dos Tribunais, isto na perspectiva de gestão autónoma, enquanto órgão de soberania. Falou-nos de um eventual recuo dos Tribunais no que concerne a gestão directa dos recursos afectos aos seus sectores.

Não captei correctamente essa ideia que o Sr. Ministro transmitiu, gostaria que me esclarecesse.

Relativamente a questão que também fomos analisando, e que o Sr. Ministro da Justiça volta a retomar, que se prende com a autonomia dos Tribunais, versus, órgão de soberania, e alguma dificuldade que o Estado tem enquanto entidade uma, no sentido de controlar a execução orçamental de alguns órgãos de soberania, neste caso os Tribunais, e queria associar isso à questão das viaturas.

Ontem fizemos um amplo debate sobre isso e vemos aqui aquisição de viaturas para juízes do Supremo Tribunal. Não sei se se está a referir aos três novos juízes ou a mais, porque ontem levantámos a questão de gastos tão significativos para determinadas entidades num quadro de contenção, de dificuldades financeiras que o País atravessa, para viaturas de determinados níveis.

Compreendo que não é uma questão fácil, mas dizia que a República e particularmente aqueles que têm a responsabilidade de governar, de administrar têm que, em determinados momentos, tomar determinadas decisões corajosas para estancar determinadas práticas que não são as melhores.

São estas as questões que queria colocar ao Sr. Ministro.

Srs. Deputados, não têm questões relativas à Justiça, Tribunal de Contas, Tribunais Judiciais, Procuradoria-Geral da República?

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. Jorge Correia (PCD): — Sr. Ministro da Justiça, ouvi a primeira parte da sua explanação, mas não estávamos ainda a falar dos Tribunais. Pelo facto de termos falado do espaço o Sr. Ministro disse-nos que, provavelmente, a parte de baixo do edifício dos Tribunais será toda desmantelada, a favor dos Tribunais, se é isso que entendi.

Sei que há um ou dois anos construíram um espaço dentro do pátio do Tribunal, aquele espaço era livre e bonito, mas meteram lá qualquer coisa com mais um bocado de betão. Mas quem sou eu para criticar?

Parece-me que esse edifício já terminou, o Governo fez um esforço, pagou uma parte, mas parece-me que o empreiteiro não entrega as chaves aos Tribunais porque o Estado deve qualquer coisa como 800 milhões ou 900 milhões de dobras, salvo o erro.

Vão entrar novos juízes, o espaço no Tribunal está deveras apertado e temos um edifício construído e que não pode ser utilizado precisamente porque o Governo, segundo o que dizem, não pagou aquela parte que falta e não sei se também esta verba está nalguma parte aqui do orçamento.

Aqui na rubrica dos Tribunais, no Ministério da Justiça, não vejo nada. Ter-se-ia dito aqui ontem que todas a verbas dos serviços adstritos ficariam concentradas nos respectivos ministérios. É o caso que vimos ontem quando estávamos a analisar o Gabinete de Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro.

Falando de Justiça, creio também que há problemas graves, nomeadamente a aquisição de transportes para os juízes.

Quando se fala de aquisição de transporte com 3.5 mil milhões de dobras e se fala de juízes do Supremo Tribunal de Justiça, pressupõe-se que são os três juízes que foram nomeados agora. E se for para eles, esse valor, na minha franca opinião, é um valor bastante substancial para um País como São Tomé e Príncipe e na fase que estamos a atravessar.

Sei que nos Tribunais, por vezes, nem há moto para o oficial das diligências fazer a distribuição das intimações.

Gostaria de pedir ao Sr. Ministro que tentasse ver isso, partindo do princípio de que o País é nosso, todos sofremos com isso, não seria bom, não seria justo termos aqui em São Tomé e Príncipe um serviço com alta gama de viaturas, só porque se trata de um juiz. Tenho outras questões que queria levantar em relação aos juízes, mas o quadro não é próprio.

Há algumas verbas um bocado díspares, por exemplo, temos 7 mil milhões para despesas com o pessoal ao nível da Procuradoria-geral da República, com o pessoal do Tribunal Judicial temos 5

mil milhões. Pergunto-me a mim mesmo qual desses sectores tem mais pessoas, se é a Procuradoria-Geral da República ou se são os Tribunais. É um assunto que não estou por dentro.

Já o subsídio das autoridades públicas, tinham-me dito anteontem que não havia nos Tribunais, porque havia a transferência para o funcionamento dos Tribunais. Gostaria que nos brindasse com mais alguma explicação a esse respeito.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Diogo.

O Sr. José Diogo (ADI): — Sr. Ministro, partindo daquilo que acaba de dizer o Sr. Deputado Jorge Correia, tenho a impressão de que está a tornar-se voz corrente que o processo de recrutamento de juiz para o Tribunal da 1.ª Instância, parece-me que não está ser muito claro.

Não sei se o Sr. Ministro teria alguma informação acerca disso, porque está a tornar-se voz corrente, não só o recrutamento de juiz, como também os próprios despachos que têm sido dados pelos Tribunais para alguns processos.

Para um país que se quer transmitir uma imagem séria, tanto do ponto de vista interno e como externo, isso não abona nada a nosso favor.

Daí a minha preocupação em querer um esclarecimento por parte do Sr. Ministro.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia

O Sr. Jorge Correia (PCD): — Sr. Presidente, não quis entrar neste pormenor para não entrar na generalidade.

Mas, Sr. Ministro, sei que os Tribunais são independentes, e o senhor, inclusive, já destrinçou mais ou menos onde é que começa e onde é que deveria acabar a independência dos Tribunais.

Apenas uma pergunta:

Um juiz que tenha terminado a sua formação há meses e recebeu o seu diploma. Só porque ele recebeu o diploma ele pode ser juiz logo de seguida, sem ter alguma experiência acumulada?

Faço esta pergunta porque tenho escutado umas conversas esquisitas sobre essa questão, não sei se é verdade, e depois, quer queiramos quer não, podemos ir um dia parar nas mãos de certos indivíduos, permita-me a expressão. Não estou a dizer que são superiores ou inferiores a A ou B, mas penso que para alguém ser juiz deveria ter alguma experiência acumulada, com algum tempo de serviço e não só.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça.

O Sr. Ministro da Justiça e Reforma do Estado: — Relativamente à verba de despesas com o pessoal da Procuradoria e dos Tribunais, o certo é que, nos Tribunais, ela deveria vir no mesmo item das transferências para o funcionamento dos Tribunais e na Procuradoria ela vem descriminada, aí é que está a diferença.

Relativamente à questão do concurso, nós, o Ministério da Justiça, mesmo o Governo de uma forma geral, quando soubemos do concurso encetámos contactos com os Tribunais, mas também é uma coisa que não depende de nós. A Lei Base do Sistema Judiciário dá autonomia aos Tribunais. É uma decisão que saiu do Conselho Superior Judiciário, portanto, o Governo não foi porque não pôde, não deve ser tido nem achado nessa matéria.

Por lei, o Governo limita-se apenas a garantir o funcionamento normal dos Tribunais e colocar meios à disposição dos Tribunais para que eles funcionem, tendo em conta essa lógica de independência e soberania.

Essas matérias concretas têm a ver com a aplicação do direito e forma de funcionamento dos Tribunais, isto não tem a ver com o Governo, foi uma decisão que saiu do Conselho Superior. Decidiram organizar o concurso estabeleceram aqueles critérios, embora não estejamos de acordo, o que podemos fazer é ver quais são os mecanismos para travarmos e darmos volta ao processo, mas interferir directamente na forma de organização do concurso isso não podemos porque não tem a ver connosco.

Não vou entrar em detalhes sobre essa matéria porque não devo e não quero, mas qualquer cidadão é livre de contestar essas situações, tanto mais que os concorrentes, pelo que sei, estão a impugnar o concurso. Existem mecanismos próprios para se dar volta a essa situações, mas os interessados, em momento próprio, hão-de buscar soluções e saídas relativamente a esse concurso.

No que toca aos setes gabinetes que foram construídos no edifício dos Tribunais, eles já foram pagos em Dezembro e nos próximos tempos..., se tem informação contrária não sei.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Disseram que pagaram uma parte, ainda há quatro ou cinco dias estive com alguém que me disse que o empreiteiro teria dito peremptoriamente que não entregaria a obra enquanto não pagassem a parte em falta.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional** (Américo dos Ramos): — Em relação a esse assunto, transferimos o valor total necessário. Se o Tribunal utilizou a outra parte, isso é outro assunto.

O valor necessário era 900 milhões mais 800 milhões.

O Sr. **Director do Orçamento** (Genésio da Mata): — O que estava em falta eram 800 milhões.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — E fizemos a transferência dos 800 milhões.

O Sr. **Presidente**: — Apenas por esta questão estou convencido de que o Governo não vem a Assembleia prestar informações menos correctas, daí que o Sr. Deputado, no uso das suas faculdades, enquanto Deputado, poderá averiguar se o organismo que beneficiou do dinheiro deu-lhe o destino correcto.

Espero não termos que voltar a esta questão. A informação está dada, temos o Sr. Ministro das Finanças, da Justiça, o Director de Orçamento a confirmar, temos que fazer fé nas instituições da República, o que não invalida a preocupação do Sr. Deputado e os outros no sentido de averiguar se de facto a coisa se concretizou conforme as decisões das instituições competentes.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça.

O Sr. **Ministro da Justiça e Reforma do Estado**: — Para concluir, no que toca a aquisição de viaturas, é claro que com a reforma da nova lei de base são oito Conselheiros do Supremo e mais sete da 1.ª Instância. O problema é que nessa fase sobem três e está previsto a entrada de cinco, ao todo são oito juízes que se prevê e por essa razão essas viaturas são para a totalidade.

Ainda que se diga aqui para Supremo Tribunal de Justiça, mas é para os da 1.ª Instância que vão entrar.

Ao todo serão oito juízes nesta primeira fase.

O Sr. **Presidente**: — Gostaria de saber, Sr. Ministro, se as verbas que estamos a alocar neste orçamento para o Supremo Tribunal da Justiça se destina apenas aos três novos juízes, que já foram designados ou a todos eles.

O Sr. **Ministro da Justiça e Reforma do Estado**: — Em princípio são seis viaturas.

O Sr. **Presidente**: — Gostaria de aconselhar os Srs. Deputados para que tenhamos presentes as declarações do Governo, as nossas preocupações e que estejamos certos das decisões que aqui tomamos, porque as nossas declarações estão a ser gravadas, serão transcritas, e no futuro, embora não tenhamos essa prática, mas pode dar-se o caso de termos que recorrer aos nossos arquivos para comprovar esta ou aquela declaração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Apenas para aclarar o seguinte.

O Sr. Ministro disse e bem que o Ministério da Justiça ou o Ministro da Justiça não pode interferir nos assuntos dos Tribunais.

Quando coloco a questão é, precisamente, no sentido de ver como contorno a situação e creio que o Ministério da Justiça não entrando directamente nos Tribunais tem mecanismos que podem contornar, porque não há dúvidas, não é uma questão minha, é uma questão de voz corrente, os senhores sabem que qualquer um de nós está sujeito a ir para à Justiça.

Uma Voz: — *A cair nas malhas da Justiça!*

As malhas da Justiça, por vezes, são muito rígidas e é bom que esteja lá gente em que confiamos, pelo menos, que vai nos julgar com clareza, com justiça, de acordo com a lei e consciência plena, ..., faltam-me adjetivos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, se não há mais questões, vamos encerrar este capítulo atinente ao Ministério da Justiça e Reforma do Estado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. Jorge Correia (PCD): — Apenas uma pergunta. Essas rubricas e esses valores são verdadeiramente discutidos com os responsáveis desses sectores e chegam a conclusão de onde é que tiram a verba e para onde?

Há mesmo discussão participativa desses sectores no caso concreto do Ministério da Justiça e o Ministério das Finanças e Cooperação Internacional?

Faço essas perguntas porque, às vezes, quando se fala com determinados elementos de um ou outro sector dizem que não sabem qual é a verba, nunca lhes disseram nada, eles põem e os outros cortam.

O Sr. Ministro da Justiça e Reforma do Estado: — Mas é claro que o exercício de elaboração do orçamento é feito sector por sector. Portanto, o exercício foi feito com os Tribunais, Ministério Público, com a Presidência, com todos os órgãos de soberania. A nível do governo, isso foi discutido pessoalmente com cada ministro.

É claro que há uma previsão de estimativa, mas depois pode-se dizer que está muito alto ou não, mas foi discutido.

Muitas vezes, as pessoas não tomam contacto com o documento final, mas que é discutido, é discutido para se chegar ao documento final.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Jorge Correia foi Presidente de Câmara e sabe que as necessidades, costuma-se dizer que as necessidades são ilimitadas e os recursos são escassos. O que acontece é que de facto quando os sectores dizem muitas vezes que não sabem é porque não são esses os tectos necessários.

O Ministério das Finanças, o Sr. Director do Orçamento tem mão pesada, então os cortes são significativos. Mas, ia dizendo que apenas constatamos algumas preocupações, não há propostas concretas de alteração, algumas preocupações estiveram ligadas aos sectores como a PIC, todavia vimos por parte do governo que as verbas aqui distribuídas são as possíveis.

A questão da PIC no Príncipe, o Sr. Ministro deu-nos os esclarecimentos necessários, a questão das celas, a questão das viaturas quer para a PIC quer para o Supremo Tribunal de Justiça, a nossa preocupação prendia-se com a necessidade de se estabelecer uma política diferente para aquisição de viaturas, aliás, ontem fizemos uma recomendação transversal nesse domínio. Daí que se não houver mais questões vamos considerar também adoptado o orçamento do Ministério da Justiça.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. Jorge Correia (PCD): — Sr. Presidente, acho que deveríamos encontrar forma de salvaguardar um pouco ... *o Sr. Deputado falou com o microfone desligado.*

O Sr. Presidente: — Em que sentido Sr. Deputado?

O Orador: — Se houvesse alguma verba que se pudesse reforçar aqui minimamente.

O Sr. Presidente: — Reforçar para que rubrica, Sr. Deputado?

O Orador: — Para a rubrica de aquisição de equipamentos e meios rolantes.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça.

O Sr. Ministro da Justiça e Reforma do Estado: — Temos aí a rubrica de aquisição de materiais especializados, também é para a PIC.

Além da verba de aquisição de equipamentos e meios rolantes de 900 milhões temos a verba de 2 mil milhões de dobras para aquisição de materiais especializados que também tem a ver com a PIC.

O Sr. Jorge Correia (PCD): — Sr. Ministro, ontem estivemos aqui a analisar o Ministério da Defesa e pela sua especificidade vimos que meios rolantes para o Ministério da Defesa são meios rolantes especializados. Pessoalmente não vejo 36 mil euros para comprar uma viatura que sirva efectivamente para a PIC.

Sr. Ministro, a PIC não pode, na minha opinião, continuar a ter carinha aberta para se ir buscar prisioneiros. Temos que encontrar uma forma de realmente dar a PIC alguma coisa mais condigna.

Acredite-me Sr. Ministro, estive do lado da Igreja Conceição, de pé, à espera e vi os agentes a saírem com alguns detidos da PIC, vi os funcionários da PIC quase em pânico. Até houve um que disse: — «Quem saltar apanha um tiro» — eu ouvi. Portanto, era bom que encontrássemos uma coisa condigna para a PIC, mínima.

O senhor fala na hipótese de cooperação, etc., mas o ovo que está no rabo da galinha, como se diz aqui na terra, não é de se confiar. Vamos tentar procurar dignamente dar a um sector alguma coisa que valha, ao invés de comprarmos um carro para o ministério X ou Y que seja, um indivíduo que vive aqui na cidade tem que ter um Pick-up, não sei quantos, vamos procurar uma coisa que sirva a PIC, para a nossa própria segurança, Srs. Ministros.

O Sr. Presidente: — Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional.

O Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional: — Para dizer que há essa preocupação de não adquirir viatura, aliás, ontem fiz menção a essa questão de viaturas específicas para cada área, claro que não é bom vermos a PIC com carinhas do tipo que têm, nem tão-pouco carros ligeiros ou carros de última gama.

Os 900 milhões são para adquirir uma e única viatura para a PIC, que estava inscrita esse ano e que não foi possível adquirir porque a fonte de financiamento não se concretizou e o estilo de viatura que se quer comprar é especificamente para serviços militares e paramilitares.

Mas, no âmbito da cooperação não é ovo no rabo da galinha porque a coisa já está mais ou menos concretizada e deve chegar ao País dentro de dias ou meses. Já está tudo concretizado, aliás, pessoalmente, já tive encontro com parte da cooperação e há viaturas especiais que vão também para as Forças Armadas, a Polícia e também para a PIC. São viaturas especializadas, não são viaturas normais como as que temos aqui, e irão também para escoltas e outros serviços militares e paramilitares.

O Sr. Presidente: — Vamos considerar esgotada a discussão no domínio do Ministério da Justiça e Reforma do Estado, Tribunais e Procuradoria-Geral da República, considerado adoptado, por consenso, este sector.

Srs. Deputados, declaro encerrada a reunião.

Eram 9 horas e 50 minutos.